



MUNICÍPIO DE POMBAL

Largo do Cardal

3100 – 440 POMBAL

**“VERIFICAÇÃO PERIÓDICA DE CONTADORES DE ÁGUA PARA
ABASTECIMENTO PÚBLICO – PROCESSO Nº 019/AJD/SA/14”**

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

(em conformidade com alínea a) do ponto 7.1 do Convite)

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº D14VA0467

ABRIL 2014

ITRON – Sistemas de Medição, Lda.

Rua José Carvalho, 671
4760 – 353 V.N. FAMALICÃO
PORTUGAL
Tel.: +351 252 320 300
Fax: +351 252 320 303





MUNICÍPIO DE POMBAL

Largo do Cardal
3100 – 440 POMBAL

Declaração

(Artigo 57º, nº 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro)

1 - HILÁRIO JORGE ALVES MENDES RIBEIRO, casado, natural da freguesia e concelho de Vila nova de Famalicão, residente na Rua S. Paulo , nº 198, Antas, portador do Cartão de Cidadão Nº 09575667 1 ZZ8, na qualidade de procurador da ITRON - Sistemas de Medição, Lda., Contribuinte nº 503 646 660, com sede em Louredo, Calendário, Vila Nova de Famalicão, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Direto, para a **Verificação Periódica de Contadores de Água para Abastecimento Público - Processo Nº 019/AJD/SA/14**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de preço elaborada de acordo com o Anexo II;
- b) Condições de prestação de serviços;
- c) Capacidade Técnica

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação da sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto -Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista no artigo 562º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º, da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

ITRON – Sistemas de Medição, Lda.

Rua José Carvalho, 671
4760 – 353 V.N. FAMALICÃO
PORTUGAL
Tel.: +351 252 320 300
Fax: +351 252 320 303





iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada, ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos fixados no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda o pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vila Nova de Famalicão, 29 de Abril de 2014

Hilário Jorge Mendes Ribeiro
(na qualidade de procurador)

ITRON – Sistemas de Medição, Lda.

Rua José Carvalho, 671
4760 – 353 V.N. FAMALICÃO
PORTUGAL
Tel.: +351 252 320 300
Fax: +351 252 320 303

